

Empresário propõe lucro menor e trégua ao governo

Miriam Leitão

Um grupo de grandes empresários — do qual participam, entre outros, Mario Amato, Roberto Bornhausen e Flávio Telles de Menezes — propôs um pacto ao governo e a alguns dirigentes políticos, comprometendo-se, de sua parte, a reduzir o lucro ao mínimo indispensável à manutenção das suas atividades. Em contrapartida, querem um compromisso de transparência na questão do déficit público e a formação de uma comissão que controle os gastos e os cortes nas despesas do governo. Como parte desse acordo, os empresários anunciam também total apoio ao Plano Bresser.

Essa proposta foi levada esta semana ao presidente José Sarney, que a considerou uma "idéia patriótica", mas antes os empresários haviam mantido longas reuniões com vários líderes políticos, entre eles o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. "Estamos conscientes de que cada um precisa arcar com uma parte do sacrifício", disse Roberto Bornhausen, presidente da Confederação das Associações das Instituições Financeiras.

O pacto, que os empresários estão chamando de *trégua*, foi uma proposta articulada em sucessivas reuniões mantidas no prédio da Fiesp em São Paulo. A assessoria do presidente da Federação, Mario Amato, explicou que isto não significa que ele seja o líder do movimento, mas confirmou que é um dos articuladores. Além de Bornhausen, Amato e o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, participaram das reuniões prévias, da redação de um documento comum, e das reuniões com políticos o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo Fabio Meirelles, Romeu Trussardi da Associação Comercial, Abram Sajman da Federação do Comércio, e Paulo Queiroz do Sindicato dos Bancos de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Os empresários ouvidos ontem disseram que também participou de reuniões prévias o presidente da Bolsa de Valores, Eduardo Rocha Azevedo que no entanto afirma desconhecer o fato.

O movimento — "As reu-

niões começaram no início do ano", contou ontem o presidente da SRB, Flávio Telles de Menezes. Inicialmente, tinham o objetivo principal de discutir os problemas levantados pelas decisões nas subcomissões da Constituinte. "Uma Constituição deve unir os brasileiros e nós estamos achando que este projeto não está encontrando os instrumentos adequados" disse Menezes.

Nos últimos vinte dias estas reuniões se intensificaram e os participantes acabaram chegando a alguns pontos comuns. "Nós somos contra o congelamento, mas mesmo assim aceitamos apoiar o Plano Bresser. Concordamos também em abrir mão de quaisquer subsídios, mas queremos do governo uma efetiva política de austeridade, que é vital para que qualquer plano dê certo", disse Bornhausen.

O documento — No texto que alinhavaram ao final das reuniões e início da romaria pelos políticos, os empresários afirmam que este é um dos "piores momentos da crise econômica" e criticam a Constituinte por ter chegado a um "interminável emaranhado de impropriedades, redundâncias e absurdos". Reconhecem que o país estava chegando a um grau extremo de ingovernabilidade quando ocorreu o Plano Bresser. Mesmo "ferindo alguns princípios do livre mercado, o Plano Bresser veio substituir o caos em que se encontrava a situação econômica", afirmou.

Os empresários salientam que é preciso haver uma conscientização de que a conta tem que ser paga pela sociedade, e fazem uma série de propostas que eles chamam de "preliminares e urgentes" para garantir um período de estabilidade:

1 — Os empresários assumem o compromisso de operar nos próximos seis meses com um lucro mínimo indispensável para a manutenção das suas atividades.

2 — O governo garante transparência no déficit público, na contenção dos custos e nos cortes.

3 — É criado um comitê de acompanhamento, com o governo, empresários e trabalhadores — o lado oficial em maior número — para controlar os gastos públicos.

Arquivo



Roberto Bornhausen



Flávio Telles de Menezes



Mario Amato